



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	20058/2023
Data do Início	28/09/2023
Folha	
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 20058/2023, Pregão Eletrônico 29/2023 - SRP**

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Limpeza e Descartáveis.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **DISTRIBUIDORA PLAMAX EIRELI**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

## **II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante alega:

- Suposta restrição à competitividade;
- Prazo de entrega do objeto inexecutável.

## **III – DO MÉRITO**

Em suas razões, a impugnante argumenta que o edital do certame supracitado contém previsões contrárias à legislação que disciplina os procedimentos licitatórios, visto que possui exigências injustificadamente restritivas que prejudicam a competitividade e isonomia entre os participantes da licitação pública.

Alega ainda que o prazo de entrega dos objetos não condiz com a realidade, devendo ser suficiente ao cumprimento da obrigação pela empresa contratada e ao mesmo tempo não ser demasiadamente longo que comprometa o atendimento efetivo da necessidade da administração pública.

Embora as alegações da impugnante tenham relevância, é necessário que seja feito um juízo de valor por parte da secretaria requisitante, fundamentado através do levantamento realizado no Estudo Técnico Preliminar o prazo adequado para a efetiva prestação do serviço pretendido.

Os procedimentos licitatórios têm por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração. Firme neste norte, a administração deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da Constituição Federal.

Nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do interesse público em busca da melhor proposta e ainda na ampliação da competitividade considerando os mais diversos possíveis interessados.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou em decisão liminar no sentido de não ser feitas exigências excessivas que possam afastar potenciais fornecedores, nos seguintes processos:

“[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011).

Entretanto cabe ressaltar que esta CPL não possui a expertise técnica necessária para deliberar a respeito dos prazos estipulados pela Secretaria Requisitante, devendo a mesma deliberar a respeito das razões apresentadas

Considerando que esta Comissão mantém o respeito às atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Esta especializada decide conhecer a impugnação, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da Secretaria Requisitante e que, caso entenda necessário, tome as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 02/10/2023

Maria Lúcia Cardoso Travassos  
Mat. 111.813

De acordo,

**Flávia Maria Nogueira Mattos**  
Pregoeira  
Mat. 109.262